

Jornal do Psicólogo

ano 25 ■ número 90 ■ março, abril e maio de 2008



"Ruy Flores", de Inimá de Paula

O CRP-MG homenageia seu primeiro presidente, o professor e psicólogo Ruy Flores Lopes, dando seu nome ao auditório da sede.

Os desafios, os percalços e o dia-a-dia da atuação profissional.

Dando continuidade à série sobre os campos de atuação profissional, o JP apresenta o cotidiano, as dificuldades e as possibilidades de trabalho para os psicólogos que atuam no âmbito da Educação e da Psicologia do Trabalho e Organizacional.

Confira as duas reportagens especiais desta edição. • PÁGS. 08 e 09.

PSICOLOGIA CLÍNICA E PSICOTERAPIA

O psicólogo Carlos Roberto Drawin e a psicóloga Jacqueline de Oliveira Moreira discutem o domínio científico e profissional designado pela expressão "psicologia clínica" e sua inter-relação com a psicoterapia. • PÁG. 15.

EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PSICÓLOGO

A psicóloga Letícia Siqueira Lemos questiona as condições de trabalho do profissional da Psicologia e explica a importância das ações do Sistema Conselhos para reverter à situação. • PÁG. 14.

TRABALHO, SOFRIMENTO E EXCLUSÃO

A professora e psicóloga Vanessa Andrade de Barros conversou com o JP sobre sua pesquisa envolvendo presidiários vinculados ao sistema APAC e à relação deles com o trabalho. Confira a entrevista. • PÁG. 05.

MAPA DO 18 DE MAIO

Os preparativos para o 18 de maio já estão a todo vapor. A data comemora o Dia Nacional da Luta Antimanicomial e o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Veja a programação. • PÁG. 10.

EDITORIAL

O CRP-MG tem passado por transformações desde que o XII Plenário tomou posse no fim do ano de 2007. A partir de uma forma de gestão administrativa, financeira e política, que prioriza a abertura, a transparência e a participação, o CRP-MG busca aproximar-se da categoria e da sociedade, compreendendo sempre a Psicologia como uma ciência e uma profissão orientada pelo compromisso social e também pelas relações e condições de trabalho do profissional psicólogo, tema urgente e que precisa ser debatido.

Busca-se a construção de um projeto coletivo para a profissão, que permita o avanço na gestão de excelência, o aperfeiçoamento democrático e a produção de referências para a prática. A otimização de recursos humanos e técnicos torna-se fundamental na construção do projeto da Autarquia para os próximos três anos.

Propõe-se a abertura do Conselho para os psicólogos, associações de psicólogos, movimentos sociais e sociedade em geral, a partir de uma nova proposta metodológica que nomeamos como "trabalhar por Projetos".

Nessa proposta, o CRP-MG recebe hoje projetos de psicólogos, grupos de psicólogos, parceiros e movimentos sociais, a fim de que sejam apoiados por esta Instituição. Avaliaremos criteriosamente os projetos e seus impactos sobre a organização dos psicólogos e os fazeres dos mesmos, apoiando e ajudando na implementação daqueles que julgarmos pertinentes aos objetivos propostos e estabelecidos por nossa categoria no VI CNP (Congresso Nacional da Psicologia). Constrói-se, assim um modelo mais democrático na relação entre a autarquia, a categoria e a sociedade.

O Jornal do Psicólogo está de cara nova. Mais participativo e mais instigante. Conta agora com 16 páginas, espaço para opiniões, cartas à redação, artigos de referência teórica e técnica e está dentro de uma linha editorial que prioriza os Campos de Atuação, a Ciência, o Compromisso Social, a Formação e, principalmente, o trabalho do psicólogo.

Convidamos a categoria a participar, refletindo sobre seus fazeres e sobre seu compromisso com a construção de um projeto coletivo para a profissão. Reforça-se a discussão sobre as Relações e Condições de Trabalho do psicólogo, seus aspectos jurídico-formais e de empregabilidade, piso, jornada, vínculos e precarização, objetivando o reconhecimento da Psicologia e a valorização do trabalho do profissional Psicólogo.

Boa leitura e boa caminhada!

"DIÁLOGOS NO CONSELHO" ACONTECE EM JUIZ DE FORA

O Escritório Setorial Sudeste do CRP-MG, em Juiz de Fora, está com uma programação para as terças-feiras que objetiva integrar os diversos profissionais da Psicologia por meio de palestras temáticas.

Confira os encontros que ocorrerão entre abril e junho:

ABRIL

Conversando sobre Psicologia Organizacional num Hospital Geral.
Dia: 22 de abril de 2008.

Psicóloga: Raquel Magalhães de Mello | CRP-MG 17256 (Monte Sinai).

MAIO

Conversando sobre Psicologia Organizacional num Hospital Geral.
Dia: 06 de maio de 2008.

Psicóloga: Carmem Lúcia de Lima | CRP-MG 5425 (Crescer Consultoria).

Sexta cultural: apresentação do filme "Estamira".

Dia: 16 de maio de 2008.

VII JORNADA BRASILEIRA DE CONVERGÊNCIA

Psicanálise, Psicoterapia, Instituição.

Dia: 17 de maio de 2008

Varginha - Minas Gerais

Informações e Inscrições: Sub-

sede do Laço Analítico - Varginha - Rua Dona Jovelina Reis, 07 Fone: (35) 3221-6866 falar c/ Hellen e-mail: laepsub-sedevga@viacabo.com.br
Horário: 2ª a 6ª feira das 8:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30

COLÓQUIO "ATIVIDADES E AFETOS" NA UFMG

Entre os dias 14 e 16 de maio acontece o 1.º Colóquio Internacional "Atividades e Afetos", na UFMG. Serão conferências, círculos de debates, grupos de trabalho e mesas de discussão para analisar a relação entre afeto e atividade, que constitui um ponto de investigação importante no contexto contemporâneo, onde o afeto mostra-se uma questão central em praticamente todas as questões sociais emergentes.

Outras informações sobre o colóquio estão no site:

www.fafich.ufmg.br/atividadesefetos

As inscrições já estão abertas.

COMISSÕES

Conheças as Comissões e Grupos de trabalho do CRP-MG. Saiba mais e participe!

Outras informações pelo telefone (31) 2138-6767

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG)

SEDE
R. Timbiras, 1532, 6º andar • Lourdes
CEP: 30140-061 • Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 2138.6767
E-mail: crp04@crp04.org.br
www.crpmg.org.br

ESCRITÓRIOS SETORIAIS

Triângulo Mineiro • Uberlândia
Telefone: (34) 3235.6765
E-mail: uberlandia@crp04.org.br

Região Sudeste • Juiz de Fora
Telefone: (32) 3215.9014
E-mail: sudeste@crp04.org.br

Sul de Minas • Pouso Alegre
Telefone: (35) 3423.8382
E-mail: sul@crp04.org.br

Norte de Minas • Montes Claros
Telefone: (38) 3221.7720

E-mail: norte@crp04.org.br

Leste de Minas • Governador Valadares
Telefone: (33) 3225.0475
E-mail: leste@crp04.org.br

JORNAL DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais (CRP-MG)

Diretoria:

Conselheiro-presidente
Rogério de Oliveira Silva
Conselheiro vice-presidente
Rodrigo Tórres Oliveira
Conselheiro-tesoureiro
Alexandre Rocha Araújo
Conselheira-secretária
Georgina Maria Veras Motta

Conselho Editorial:

Rogério Oliveira
Rodrigo Tórres
Gustavo Machala

Clerison Stelvio Garcia

Edição Gráfica:

Gíria Design e Comunicação
Telefax: (31) 3222.1829
contato@giria.com.br

Jornalista Responsável:

Gustavo Machala • MG 11780
ascom1@crp04.org.br

Relações Públicas:

Nathalia Monteiro - 2154
ascom@crp04.org.br

Redação:

Gustavo Machala • MG 11780 JP
ascom1@crp04.org.br

Estagiária:

Janaina Rochido
comunica2@crp04.org.br

Tiragem: 21 mil exemplares

SEU CONSELHO

ABAIXO-ASSINADO CONTRA COMPLEXO PENITENCIÁRIO

O CRP está mobilizando diversas instituições e atores sociais contra a proposta de construção e operação de um complexo penitenciário em Ribeirão das Neves para três mil pessoas, a partir de uma Parceria Público Privada proposta pelo Governo de Minas. Estamos colhendo assinaturas (formulário no www.crpmg.org.br ou na sede do CRP-MG). Fique atento e conheça as propostas alternativas à carcerização dos pobres e das populações marginalizadas.

PSICOTERAPIA EM PLANOS DE SAÚDE

A Agência Nacional de Saúde (ANS) divulgou Resolução Normativa que torna obrigatória a cobertura de sessões de Psicoterapia (feitas por Psicólogos e Médicos), a partir do mês de abril. O CRP-MG entende que a limitação do número de sessões a 12 por ano e a exigência de indicação por parte do médico, restringe a atuação dos Psicólogos e gera problemas para a assistência psicológica. Assim, o CRP-MG buscará melhores condições para o exercício da Psicoterapia e de sua prática por Psicólogos.

DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DO CDI

Em atenção à memória, à formação e à atualidade da Psicologia, o Centro de Documentação e Informação Halley Bessa (CDI) está digitalizando todo seu acervo (jornais, revistas, livros etc.). Todo o material estará disponível à categoria e à sociedade em breve.

NOVO SITE DO CRP-MG

O site do CRP-MG está passando por reformulações e possibilitará maior interatividade e acessibilidade. O site terá novo layout e novos serviços estarão disponíveis, tais como enquetes e fóruns.

NOMEAÇÃO DO AUDITÓRIO E “DIÁLOGOS NO CONSELHO”

O auditório do CRP-MG ganhou, no dia quatro de março de 2008, o nome do professor Ruy Flores, primeiro presidente da Entidade. A homenagem ao grande psicólogo foi prestada à sua esposa, a psicóloga Sônia Flores e à sua filha Sílvia Flores, também psicóloga. A partir de agora, o auditório do CRP-MG estará aberto para o Projeto “Diálogos no Conselho”, que tem como objetivo realizar encontros, palestras, mesas-redondas e práticas culturais que reflitam o papel da Psicologia na sociedade. Entre no site, ligue para o Conselho e confira a programação.

ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DE MINAS CRIAM NOVO COLETIVO

O “Coletivo Mineiro de Estudantes de Psicologia” foi criado na reunião de estudantes realizada entre os dias 29/02 e 02/03 de 2008. O movimento objetiva fomentar questões a serem refletidas por todos os estudantes do Estado. Dentre as propostas do grupo estão: fortalecer a rede do movimento dos estudantes, debater as questões da categoria e fomentar a qualificação da formação. Os interessados em participar do Coletivo podem escrever para o e-mail comep2008@gmail.com.

COF*

ABERTURA DE CLÍNICAS CREDENCIADAS JUNTO AO DETRAN

Tendo em vista a abertura de uma clínica credenciada junto ao DETRAN, é imprescindível a constituição de uma empresa (pessoa jurídica), o registro desta no Conselho e o cumprimento das exigências específicas do CONTRAN.

Para criação da pessoa jurídica, o psicólogo deve, além de estar inscrito em seu Conselho de classe, buscar informações sobre os procedimentos legais para a constituição de uma empresa junto a um contador e/ou advogado. O psicólogo também precisa solicitar um formulário administrativo ao Conselho e encaminhar ao Detran esse material respondido, juntamente com cópia da documentação da empresa, após sua abertura. A documentação é analisada sob a luz da legislação e, sendo aprovada, um Técnico em Orientação e Fiscalização realiza uma visita de inscrição ao local. Sendo aprovado tecnicamente, o processo de registro é concluído e o certificado do Conselho é emitido. O psicólogo será o responsável técnico da empresa no que concerne aos serviços de psicologia.

De acordo com a Resolução nº267 do CONTRAN, de 15 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art.147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro, esclarecemos que são pré-requisitos para que o psicólogo seja credenciado junto ao DETRAN:

- Ter, no mínimo, dois anos de formado e estar regularmente inscrito no Conselho;
- Ter Título de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP ou ter concluído com aproveitamento o curso “Capacitação Para Psicólogo Perito Examinador de Trânsito”.

Ressalta-se que, após cinco anos, contados a partir da data da publicação dessa Resolução, somente serão credenciados os psicólogos portadores de Título de Especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP.

Além do disposto acima, o psicólogo deverá realizar um trabalho em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e toda a legislação que rege a profissão.

* Comissão de Orientação e Fiscalização

OPINIÃO

Criminalidade, infância e Psicologia

Lélio Braga Calhau, promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Cada vez mais surgem estudos criminológicos que apontam para a elevação dos índices de criminalidade no Brasil. O crime organizado recruta crianças e adolescentes nas classes mais baixas e os utiliza no tráfico de drogas. Os jovens são explorados. Os jovens ao serem descobertos pelo Poder Público são abandonados pelo tráfico, isso quando não são eliminados por saberem demais sobre as atividades criminais.

Necessitamos ousar mais nessa área. Precisamos antecipar e compreender como se desenvolvem esses recrutamentos e motivações e como tentar impedir que eles ocorram ou que sejam menos atraentes na relação de custo-benefício para as organizações criminosas.

Na esteira dessa linha de raciocínio surge com clareza a importância da Psicologia para o Sistema da Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias e Administração Penitenciária).

Penso que não é papel dos psicólogos judiciais apenas elaborar laudos, eles podem contribuir com muito mais para o sistema criminal. A Psicologia pode auxiliar a Justiça Cri-

minal a traçar metas mais seguras e realistas para reduzir a participação de jovens na criminalidade.

Aliás, tal postura foi refletida também na recente Lei Federal 11.340/06, que trata do combate à violência doméstica, quando prevê a criação de Juizados Especiais para tratar da matéria e criou equipes multidisciplinares para auxiliar o controle dessa espécie de criminalidade.

Para que isso ocorra, o profissional do Direito deve ter a mente aberta para o saber psicológico, para que o mesmo possa interagir com o saber jurídico. A união desses dois saberes científicos deve redundar em incremento na qualidade do conhecimento da realidade criminal brasileira.

Por fim, é importante lembrar a lição de Jorge Trindade. É preciso estar disposto a interligar conhecimentos e fazer conexões, não esquecendo que a ciência da pós-modernidade se produz mais por ligações do que isolamentos. A união do saber psicológico com o jurídico é muito mais viável do que se imagina. Basta estarmos abertos para isso. A defesa da infância e da juventude agradecerá.

CARTAS À REDAÇÃO

Não sei quem responde pelos dois artigos publicados no último número deste jornal (sobre Psicologia do Trabalho e sobre Avaliação Psicológica), mas gostaria de parabenizá-los pela qualidade dos mesmos. Achei que foram escritos com muita propriedade

e clareza, tornando-se bastante elucidativos. A coluna da Ética volta também num tema interessante, embasando com objetividade a emissão de documentos por nós psicólogos.

Júnia Penido - CRP/04 7036

A partir desta edição do Jornal do Psicólogo você também pode contribuir com suas opiniões, críticas e sugestões. Envie seu texto para o e-mail ascom@crp04.org.br - Participe!

ÉTICA

Nesta coluna falaremos do relatório ou laudo psicológico. Ele é uma apresentação descritiva de condições psicológicas e suas determinações históricas, culturais, políticas e sociais pesquisadas no processo de avaliação psicológica. O relatório psicológico apresenta as conclusões da avaliação psicológica e deve conter todas as questões inerentes às possibilidades tomadas naquele caso. Deve, também, descrever os encaminhamentos, as intervenções, o diagnóstico solicitado, o prognóstico, a evolução do caso, orientações e sugestões para confecção de um projeto terapêutico e, se necessário, encaminhamento para acompanhamento psicológico.

A estruturação do documento deve começar pela identificação do psicólogo, logo no cabeçalho, e como foi elaborado aquele parecer. Em segundo lugar, deve-se mencionar o interessado, isto é, quem solicitou aquela avaliação. Depois, coloca-se o assunto, ou seja, quais são as razões do pedido daquele relatório. Com isso, o profissional se resguarda de possíveis problemas em relação à Comissão de Ética, pois, ao dizer o porquê daquela avaliação, ele está dizendo exatamente onde ela pode ser usada, restringindo a circulação do documento. Assim, se alguém usá-lo para uma finalidade diversa, essa responsabilidade fica sendo de quem utilizou o relatório.

Depois da identificação, o relatório deve descrever com detalhes a demanda, com os motivos, as razões e as expectativas do solicitante. Deve apresentar uma análise para justificar porque ele vai adotar determinados procedimentos. Nesse ponto, o psicólogo deve relatar quais as técnicas por ele utilizadas e porque ele as escolheu – essas técnicas podem envolver entrevistas, dinâmicas, testes psicológicos, observação, exame psíquico, intervenção verbal e todos os outros meios que o profissional tem à sua disposição. Na nossa próxima coluna abordaremos o parecer psicológico.

Trabalho, sofrimento e exclusão

Há mais de dez anos realizando pesquisas na categoria “Trabalho, sofrimento e exclusão”, a professora e pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Dra. Vanessa Andrade de Barros tem enfrentado temas espinhosos nessa trajetória. Trabalhando atualmente com presidiários vinculados ao sistema APAC* (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), a professora conversou com o *Jornal do Psicólogo* sobre sua pesquisa. Seguem trechos da entrevista.

JP: Como é essa pesquisa?

Prof.^a Vanessa: Nosso objetivo é investigar dois momentos do trabalho dentro das prisões – em um primeiro, fazer um diagnóstico do uso do trabalho dentro do sistema carcerário, se ele tem uma efetividade, se oferece alguma formação profissional, ou se é simplesmente uma atividade repetitiva [costurar bolas, colocar molas em pregadores de roupas, colocar penas em petecas, costurar laterais de calças e camisas], que não agrega nada ao preso, que não vai servir para nada depois. Ou seja, uma metodologia adaptativa, um “fica quieto aí no seu canto”: dar alguma coisa para o preso fazer para ele não incomodar, para ele cumprir a lei que exige que os condenados trabalhem. Num segundo momento, compreender qual é o sentido do trabalho para o preso, que sentido ele dá a ele. Partimos do pressuposto da centralidade do trabalho: o trabalho humaniza, organiza a vida cotidiana, a sociabilidade. E se é assim, o que aconteceu na história desses presos para que o trabalho não tenha tido esse papel mais positivo na vida, ao ponto de eles irem para a criminalidade? Muitos deles nunca tiveram uma experiência de trabalho na vida, dizem que “sempre trabalharam no crime”, desde criança - existe uma contaminação da palavra trabalho nessas atividades ilegais.

JP: E como é feita essa investigação?

Prof.^a Vanessa: Usamos o recolhimento de histórias de vida. Nós vamos às unidades prisionais e acompanhamos o preso, recolhendo a história de vida dos que querem participar. Fazemos entrevistas em profundidade com alguns deles e entrevistamos também

os técnicos que trabalham na unidade, para entender melhor como se dá esse trabalho lá. Quando falamos com os presos, nós explicamos como é a pesquisa e sempre deixamos claro que participar da pesquisa não interfere em nada na pena deles, que isso não tem nada a ver com a Secretaria de Segurança [de Minas Gerais], que é um trabalho da Universidade, porque eles tendem a achar que participar é uma oportunidade de conseguir alguma ajuda nesse sentido. Nós fazemos visitas semanais e o preso é sempre atendido pela mesma pessoa da equipe. Atualmente somos 16 pessoas em Belo Horizonte: eu coordeno, e temos 15 alunas de Psicologia [uma de mestrado e as outras de graduação].

JP: Como a senhora percebe a receptividade da pesquisa pelos presos?

Prof.^a Vanessa: Eles recebem muito bem, não pela pesquisa em si, mas sim por ser uma oportunidade de conversarem. Eles ficam muito isolados, então, qualquer oportunidade que eles têm de falar com alguém é muito bem-vinda. Alguns preferem não participar, mas isso é raro, porque alguns presos, por exemplo, não recebem visitas nunca, por falta de familiares ou por falta de condições dos familiares em ir vê-los. Então, essa é uma oportunidade de eles terem alguém para ouvi-los, e isso traz para eles um ganho imediato no sentido de estabelecer algum vínculo com alguém de fora do presídio.

JP: A senhora mencionou a “contaminação” da palavra trabalho nas atividades ilegais – por que essas atividades não poderiam ser chamadas de trabalho?

Prof.^a Vanessa: Isso é uma polêmica, é com isso que estamos trabalhando. O tráfico, por exemplo, é uma atividade ilegal, que não se constitui uma atividade em que se vê a presença das características do trabalho: transformação, construção, sociabilidade, baseadas na ajuda mútua, na solidariedade - mas eles colocam essa atividade como trabalho. No tráfico, há algumas características que até se assemelham ao trabalho, como a hierarquia que existe, as normas e regras a cumprir, as atividades pré-definidas de cada um. Não dizemos que é trabalho, mas tam-

bém não podemos dizer que não é. Vamos a campo trazer o que cada um dos presos diz para nós; e eles dizem que é trabalho. Na verdade, conseguimos perceber melhor qual é o sentido que os presos atribuem ao trabalho nas histórias de vida daqueles que já tiveram alguma experiência de trabalho dentro da legalidade, com carteira assinada. Aí entra o que chamamos de função política do trabalho: dentro das prisões e no sentido que o trabalho traz para a vida dos presos – será que existe alguma possibilidade de a gente intervir aí, para que eles possam ter uma vida mais organizada, dentro dos limites da lei? É isso que a gente busca compreender.

JP: Qual sua opinião sobre a proposta das Parcerias Público-Privadas no sistema carcerário? A senhora acha que vai melhorar em alguma coisa para os presos?

Prof.^a Vanessa: Não conheço a proposta mineira direito, mas já li sobre iniciativas como essa em outros estados que não deram certo. Cuidar da população carcerária é dever do Estado - que também tem culpa por eles estarem presos - e não das empresas; eu temo que se dissemine uma prática, que já é usual, de usar o preso como mão-de-obra barata. Esses presos que fazem, por exemplo, trabalhos de costura na prisão recebem uma quantia irrisória e cheia de descontos por essa atividade – é praticamente trabalho escravo. Isso gera uma concorrência desleal, porque as empresas que usam essa mão-de-obra não arcam com nenhum imposto trabalhista, podendo oferecer seus produtos no mercado com um preço muito abaixo do praticado. Aí, realmente o trabalho não terá nenhum caráter de formação, pois o interesse será somente na mão-de-obra barata.

**A APAC é um sistema criado com o objetivo de oferecer melhores condições para os presos. Na APAC, os presos fazem cursos e completam os estudos, têm assistência médica e psiquiátrica. Não há guardas ou armas – os presos se encarregam de tudo, desde abrir o portão até a vigilância, mas há uma série de regras a cumprir. Os presos que descumprem as regras são enviados para o sistema convencional.*

FORMAÇÃO

A modalidade de ensino semi-presencial na psicologia

Comissão de Formação

A portaria no. 4059, de dezembro de 2004, institui a modalidade semi-presencial de ensino no limite de 20% da carga horária total do curso nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Nos cursos de psicologia, essa portaria permite que os cursos de graduação ofereçam até 800 horas de aula na modalidade semi-presencial, que tem as seguintes características definidas nessa portaria: 'caracteriza-se a modalidade semi-presencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação com uso de tecnologia remota'

A resolução no. 8 do Conselho Nacional de Educação estabelece as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de psicologia. Em seu artigo 5, essa resolução coloca como um eixo estruturante da formação de psicólogos os "fundamentos epistemológicos e históricos que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico."

Concomitante às portarias e resoluções assinaladas, temos uma intensa demanda pelo profissional psicólogo na elaboração e execução de políticas públicas de saúde. O processo que

orienta a mudança do paradigma em saúde é marcado por um conjunto de atores sociais que valorizam o novo modelo, que tem como características a promoção e proteção da saúde, prevenção das doenças e atenção integral às pessoas. Dessa forma, podemos encontrar o psicólogo atuando em equipes do Programa de Saúde da Família, nos Centros de Atenção Psicossociais, Centros de Referência de Assistência Social dentre vários outros serviços de saúde e ação social. A passagem do modelo biomédico de atenção à saúde para o modelo biopsicossocial inclui necessariamente a atuação qualificada do psicólogo nos serviços de saúde. O sistema Conselhos, atento a essa conjuntura, tem promovido eventos que discutem a formação, inserção e prática dos psicólogos no Sistema Único de Saúde – SUS. Lembramos o I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública realizado em outubro de 2006, que teve como tema "contribuições técnicas e políticas para avançar o SUS".

Parece-nos que o contexto apresentado mostra um paradoxo: uma profissão com uma intensa demanda social, que possui uma colaboração decisiva para o avanço do Sistema Único de Saúde, tem sua formação precarizada pela inserção de uma modalidade de ensino que leva à supressão de um dos eixos mais importantes da formação, qual seja: o ei-

xo epistemológico e histórico. O que temos visto e ouvido de alunos e professores é que algumas universidades privilegiam as disciplinas que abarcam vários cursos para a introdução da modalidade semi-presencial como forma de baixar custos. Assim, disciplinas embaadoras da formação de psicólogo como filosofia, antropologia, sociologia e até a psicologia geral começam a ter uma ementa padronizada para todas as graduações e um único tutor para vários cursos e turmas. Com isso, perde-se a especificidade da discussão do tema para o campo da psicologia, como também fica prejudicada uma discussão mais aprofundada dos conteúdos imprescindíveis dessas disciplinas para a prática profissional. Os cursos de psicologia, cada vez mais, assumem um perfil tecnicista, no qual os alunos aprendem conteúdos para serem aplicados no campo social. Nesse sentido, o Conselho Regional de Psicologia adota uma postura crítica diante das Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Graduação em Psicologia, bem como da inserção da modalidade semi-presencial em nossas graduações. Acreditamos que nossa posição de relativo distanciamento do segmento universitário nos permite adotar uma conduta de resistência e crítica no enfrentamento dessa conjuntura.

ENTRETENIMENTO

Neste jornal iniciamos nesse espaço de entretenimento. Divirtam-se com os personagens criados por Paulo José Azevedo, vice-coordenador do Fórum Mineiro de Saúde Mental.

Personagens teatrais idealizados e baseados na "Mitologia Arquetípica CERSAMNIANA"

HERMITÃO – É um grande obsessivo que se isola do mundo na esperança inconsciente de que aconteça um milagre de alguém salvá-lo ou de o mundo se tornar um lugar ideal; fica ruminando o seu sofrimento e não consegue esquecer a sua dor para dar espaço a algo novo em sua vida; tem um baixo limiar de frustração e não está disposto a correr

riscos, tem vergonha de si mesmo e não consegue reformular a sua vida em novos parâmetros; padece do complexo de Gabriela, ou seja, eu nasci assim, eu cresci assim e sou sempre assim.

BOCHECHUDA – É uma mulher que não tem os atributos físicos e materiais do padrão de beleza reinante e que não consegue valorizar em si mesma outros atributos que não seja a beleza padrão. Sofre porque é obsessiva com a idéia de se tornar bonita e maravilhosa, mas para conseguir seu intento, lança mão da imaginação alienante para se sentir bonita e ser o que não é. Seu maior desejo é ter a bochecha rosada, lisa e leve das patricinhas universitárias, que para ela são o símbolo da mulher bem amada.

COMPROMISSO SOCIAL

Uma Universidade “saindo do armário”

Leonardo Tolentino, estudante da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), acredita que a “universidade continua sendo um grande armário, mas esse armário deveria ser deixado aberto. Quem quiser sair, que saia”, diz. Leonardo e seus colegas são jovens – entre 18 e 23 anos -, e muito conscientes da importância da discussão que o Grupo Universitário de Defesa da Diversidade Sexual, ou simplesmente GUDDS!, propõe. A seriedade do próprio Leonardo, de Isadora Lima, Cláudio Patrício, Igor Silva (todos da Psicologia), Gilmara Guimarães (Letras) e Daniel Arruda (psicólogo e mestrando), integrantes do grupo, quase contrasta com o ensolarado campus da UFMG na Pampulha, em Belo Horizonte, onde eles falaram sobre o grupo e sobre a inserção da temática na universidade.

Tudo começou com três estudantes de Psicologia da UFMG, que sentiam falta de discussões na faculdade a respeito da vivência homossexual. Formatou-se então uma proposta de construção de um grupo, cuja primeira sugestão de nome foi Frente Acadêmica em Defesa da Diversidade Sexual. O dia escolhido para o “nascimento” foi o dia cinco de setembro de 2007, no qual o nome GUDDS! foi escolhido.

No início, a participação era só de estudantes de Psicologia, mas agora já participam alunos de Comunicação, Letras, Farmácia, Belas Artes, Enfermagem, Biblioteconomia e até alguns de outras universidades. A lista de discussão na internet já conta com cerca de 50 pessoas. O GUDDS! está apoiado no tripé “sociabilidade – prevenção – ação política”, conforme explicam Leonardo e Igor.

Na UFMG, o grupo conta com o apoio de diversos setores - entretanto, ainda não tem apoio formal da reitoria. Gilmara conta que as parcerias incluem o Diretório Central dos Estudantes (DCE), os Diretórios Acadêmicos (DAs) dos cursos de Letras e Psicologia, que dão apoio material e financeiro, e o recém-criado NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT da UFMG, que dá apoio crítico e orientação técnica aos estudantes.

HOMOFOBIA E UNIVERSIDADE?

O GUDDS! ainda enfrenta resistência às suas ações. “Já tivemos cartazes arrancados aqui dentro”, relata Igor, acres-

centando que há outros sinais disso, como comentários jocosos de alunos e até de alguns professores. Daniel conta que certa vez um professor se disse surpreso ao saber que um pesquisador que ele admirava era homossexual: “Ele ria, dizendo que quem tinha escrito aquele artigo maravilhoso era uma ‘bichona’, como se isso impedisse a pessoa de ter uma boa produção acadêmica”. Os trotes também refletem a homofobia, como o aplicado aos calouros de Engenharia, que tiveram que marchar em frente à Fafich cantando “1, 2, 3, 4, na Fafich só tem viado / 4, 3, 2, 1, eles dão pra qualquer um”.

Na Psicologia, o diálogo é mais aberto, mas os estudantes dizem que, em alguns casos, ainda se trata a homossexualidade como patologia ou tabu. Igor acredita que a própria construção do curso favorece isso: “Os primeiros contatos que temos, com as primeiras linhas, mostram essa visão ainda patologizante, e não como uma vertente do comportamento humano”, diz. “É aquela velha premissa: gay você consegue esconder que é; então continue escondido, é melhor”, afirma Gilmara.

PARCERIAS

O GUDDS! talvez seja o integrante mais novo dos movimentos pela defesa da cidadania GLBT em Belo Horizonte. Por ser um grupo novo e formado por universitários de uma das mais respeitadas universidades públicas do país, a iniciativa atrai a atenção dos outros movimentos, “mas não há des-

crença ou indiferença, somente uma curiosidade sobre as propostas e sobre como o grupo está se colocando dentro da cena política do movimento GLBT”, explica Daniel Arruda. Grupos como o Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (Cellos-MG), o Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania GLBT (CRGLBT, da Prefeitura de Belo Horizonte), dentre outros, são parceiros, fornecendo material, espaço físico ou apoio para campanhas e projetos.

Carlos Magno, coordenador do CRGLBT, conta que acha “importantíssima essa iniciativa, pois a universidade pressupõe um espaço para a formação de novos atores sociais - quem dera todas possuíssem iniciativas assim”. Para Luiz Schalcher, do Cellos-MG, um grupo de jovens unindo academia e movimento social é interessante porque “a juventude de hoje, heterossexual ou não, não está preocupada com a questão dos direitos humanos e da cidadania”. Priscila Garcia, 25, estudante de Psicologia da PUC Minas conheceu o GUDDS! através de colegas que já participavam. Atualmente, acompanha as ações pela lista de discussão na internet. Priscila, que é militante na organização e fortalecimento do Núcleo de Lésbicas do Cellos-MG, enfatiza que a iniciativa do grupo abre espaço para a politização popular, importante para que as pessoas conheçam seus direitos para que não se deixem manipular. Porém, pontua que isso só funciona se “o grupo não ficar preso ao academicismo que muitas vezes perpassa as questões sociais”.



As reuniões dos universitários do Gudds! visam a ampliar o debate no meio acadêmico.

Gustavo Machala

Entre muitas oportunidades e muitos desafios

O campo da Psicologia e sua relação com a Educação é tema de muitos livros, palestras e seminários, além de fazer parte do dia-a-dia da vida de muitos profissionais. Neste "Especial", o *Jornal do Psicólogo* conversou com profissionais que têm grande experiência nessa área com o intuito de apresentar um panorama do campo, apontando as atividades, as dificuldades e os desafios desses profissionais.

"Serviço tem muito, emprego nem tanto", afirma a psicóloga e professora Maria Cristina Fellet, ao descrever o campo de atuação da Psicologia Escolar e Educacional. Sua afirmação encontra respaldo no artigo "Psicologia Escolar: um duplo desafio", da psicóloga Luiza Elena Leite Ribeiro, mestre em Psicologia Escolar pela PUC Campinas: "Para alterar radicalmente resultados negativos [como os da educação brasileira], há necessidade de um esforço coletivo, principalmente por parte daquele a quem cabe o papel de especialista na problemática da escola, o psicólogo escolar, profissional imprescindível nesse momento e, contraditoriamente, pouco valorizado, sem campo de atuação em meio à vasta carência existente."

A Psicologia Escolar/Educacional, apesar do nome, que parece restringir o trabalho do profissional a certo espaço específico - como o ambiente escolar-, é um campo amplo e dinâmico que pode voltar-se para pessoas de todas as idades. "Em qual lugar e em que idade deixamos de ser o sujeito da aprendizagem?", indaga Fellet. "Educação é cidadania e o psicólogo que atua na área educacional pode estar em inúmeros lugares onde ocorrem os processos de desenvolvimento", completa a professora, que tem mais de 30 anos de experiência na área educacional, 25 deles como professora na Universidade Federal de Minas Gerais.

Fellet salienta alguns desafios do psicólogo junto às instituições: "Ninguém sabe ao certo o que ele irá fazer. O psicólogo costuma ser identificado com a doença e não com a saúde mental, com a prevenção. Há sempre uma mistura de admiração e medo em torno do psicólogo e é o profissional que precisa mostrar a que veio" argumenta a professora, completando que o psicólogo busca transformar o medo e a admiração num trabalho conjunto.

"A parceria é sempre muito bem vinda", diz a professora, que vê no trabalho

conjunto com os demais técnicos educacionais, administradores da escola, estudantes e familiares uma forma de transformar o ambiente de aprendizagem. No entanto, segundo a psicóloga, poucas escolas investem em equipes multidisciplinares. Mais que isso: "As escolas têm um custo e o psicólogo, às vezes, pode ser a primeira 'gordurinha' que se corta", explica Fellet. Essa constatação, entretanto, não impede a professora de afirmar que as escolas deveriam investir na contratação de psicólogos. "Muita gente tem medo de o psicólogo chegar e começarem as demissões", mas, "mesmo que haja o fantasma da demissão", isso não pode impedir o psicólogo de "reconceituar e reavaliar os processos institucionais e educacionais", baseando-se sempre naquilo que o próprio grupo com o qual trabalha revela, oferecendo necessárias e possíveis soluções.

Maria Cristina Fellet acredita que, em geral, as nossas faculdades têm formado bons profissionais psicólogos, apesar do pouco espaço ainda devotado à Psicologia Escolar/Educacional nos currículos, uma vez que a graduação precisa mesmo ter um caráter mais geral. "A formação especializada vem depois, nas pós-graduações ou mesmo a partir da própria atuação profissional", diz.

A questão que fica no ar, para a professora, é a que diz respeito à formação dos profissionais psicólogos, já que considera que o Brasil é formado por vários "brasis": "O profissional está sendo capacitado para atuar apenas 'na Savassi', ou também em ambientes como o da exclusão e o das populações desfavorecidas, através das políticas públicas?"

Para Keila Pires Amaro, conselheira do CRP-MG e coordenadora do curso de Psicologia da UNIPAC, no Vale do Aço, é preciso que o psicólogo também se preocupe com a questão da saúde, dos direitos humanos e da inclusão social. "O psicólogo não pode ser convocado apenas quando há um problema. É preciso que ele atue na promoção e construção de projetos que valorizem o sujeito da aprendizagem e o sujeito do conhecimento."

Keila é membro da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-MG. Essa comissão tem por objetivo principal manter um espaço permanente de discussões, subsidiado por referências teóricas, práticas e

legislação quanto às possibilidades e limites de atuação dos psicólogos inseridos no campo da Educação.

Para a presidente da Comissão, a psicóloga Maria Mercedes Merry Brito, vale mesmo ressaltar o trabalho que tem sido feito por profissionais psicólogos na área da saúde em conjunto com a educação e outros setores, estabelecendo espaços de uma interlocução com professores e demais setores envolvidos com a criança e o adolescente. Em Belo Horizonte e outros municípios, esse trabalho tem se dado no âmbito dos Fóruns Regionais de Atenção à Infância e à Adolescência e nos CIENS (Centro de Estudos Interdisciplinares Sobre a Infância e Adolescência).

DO ESPECIAL AO INCLUSIVO: MUDANÇAS DE RUMO NA EDUCAÇÃO

O grande desafio da psicóloga Sandra Andrade de Castro, nos seus 10 anos de trabalho no Instituto São Rafael (especializado em deficiência visual), tem sido envolver as famílias na educação de seus filhos. "Conseguir uma parceria com as famílias é, às vezes, muito difícil. Algumas, por falta de conhecimento ou por não estarem bem emocionalmente, não se envolvem com o desenvolvimento do filho. Fico feliz quando encontro uma família comprometida", explica Sandra, que trabalha no turno da manhã do Instituto São Rafael. A escola atende pessoas com deficiência visual e com outras deficiências associadas, dispendo de trabalhos em estimulação infantil, escolaridade (até 8ª série), orientação e mobilidade, curso de Braille para adultos, projeto de música e oficinas de modelagem/reciclagem, massoterapia, tece-lagem e artes cênicas, totalizando quase 700 atendimentos.

Sandra e a psicóloga do turno da tarde trabalham juntamente com fonoaudióloga, fisioterapeuta, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, pedagogas e professores, fator que ela considera fundamental para o bom andamento dos trabalhos da escola. "Sempre temos reuniões para discutir os casos", completa, lembrando que o foco da Instituição é o lado pedagógico. "Os profissionais são facilitadores do trabalho do professor", diz. Em sua maioria, o trabalho de Sandra e dos outros profissionais é desenvolvido em atividades de grupo. Nos casos emergenciais, as psicólogas realizam

uma escuta/acolhida, e diante da necessidade de um atendimento individual e regular, é feito um encaminhamento para instituições externas.

No entanto, já existem alternativas ao modelo adotado pelo Instituto São Rafael, no qual a educação especial e o ensino regular acontecem no mesmo espaço. É o caso da educação inclusiva.

A educação inclusiva propõe que todas as crianças em idade escolar tenham direito a uma vaga em uma escola comum, mesmo que a criança apresente algum tipo de deficiência. De acordo com a cartilha

divulgada pelo "Projeto Incluir - rede de escolas inclusivas" da Secretaria de Estado de Educação do Governo de Minas Gerais, "trata-se de mudança de enfoque no conceito de educação, pois não só a família e o aluno com deficiência ou com condutas típicas se esforçam para adaptar-se à escola, mas essa também se transforma de modo a facilitar e tornar possível o ensino para todos". Caberia, assim, à escola especial, complementar e apoiar a escola comum, proporcionando recursos educacionais aos alunos, de forma a garantir que sejam atendidas e reconhecidas as particularida-

des de cada um. Essa complementação aconteceria fora do horário escolar regular. Os alunos com problemas visuais, por exemplo, aprenderiam Braille extra-classe, fora da escola comum.

Nesse novo modelo, competiria ao psicólogo apoiar e favorecer a inclusão, explica a psicóloga Margareth Diniz, doutora em Educação e assessora da Secretaria de Educação de Contagem para a Política Inclusiva. Os psicólogos dariam apoio aos professores e aos alunos, mas não trabalhariam no ambiente escolar, isto é, "junto da escola, mas não na escola", sintetiza.

Mediação em prol da saúde

Os psicólogos do campo do Trabalho e Organizacional são atores importantes em um mundo no qual a expansão das empresas e o aumento correspondente da carga de trabalho podem acarretar tensões e estresses que afetam a saúde biopsicossocial dos trabalhadores. O *Jornal do Psicólogo* conversou com alguns profissionais da área, buscando entender um pouco dos desafios que enfrentam no seu dia-a-dia.

O grande desafio do profissional psicólogo que trabalha com Psicologia do Trabalho e Organizacional, na opinião de Marcelo Cristiano de Oliveira Santos - psicólogo da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU) e professor da Faculdade Metropolitana - é atuar na "produção com saúde". Marcelo acredita que é necessário haver um equilíbrio entre o olhar para a saúde e o olhar para a produção. "O psicólogo precisa compreender as diferentes perspectivas encontradas no ambiente de trabalho, suas contradições, conflitos e entender, principalmente, que o comportamento é sempre socialmente determinado", afirma Marcelo, que vê o papel de mediador desenvolvido pelo psicólogo dentro das empresas como um de seus atributos mais importantes.

É esse mesmo entendimento que leva a psicóloga Georgina Veras Motta, conselheira do CRP-MG e colega de trabalho de Marcelo na SLU, a concluir que o mais difícil aspecto do trabalho dos psicólogos nesse campo é compreender a relação entre a objetividade e a subjetividade. "É preciso levar em conta a subjetividade do trabalhador, na dimensão real de trabalho".

Um dos passos para se vencer os desafios de atuar na "produção com saúde"

e de "transitar entre a objetividade e a subjetividade é compreender a percepção que os trabalhadores têm dos riscos e das situações patogênicas do trabalho, o modo como eles as enfrentam e as estratégias que utilizam para desempenhar melhor, e de forma saudável, o seu trabalho. Isso implica um trabalho complexo e que demanda uma fundamentação teórica e metodológica por parte do psicólogo. Há etapas importantes envolvidas nesse processo, de acordo com Marcelo. Primeiro, uma tentativa de compreender o "problema/demanda", na perspectiva dos atores envolvidos com a maior riqueza de detalhes possíveis. Essa ação implica em abordar o problema in loco, acompanhando o trabalho daquelas pessoas no dia-a-dia. Busca-se fazer uma análise que procure sair da dimensão individual do problema e culpabilizante do sujeito, para uma dimensão mais ampla que estabeleça relações entre os aspectos da saúde e da produção. Com essa visão macro, construir ações, junto aos trabalhadores e gerência, que possam transformar as situações de trabalho.

Mas esses não são os únicos desafios que enfrentam os psicólogos do campo do Trabalho e Organizacional. Segundo a psicóloga Maria Beatriz Delgado, que traba-

lha na Cemig, é preciso desmitificar, dentro das organizações, o papel e o trabalho desse profissional. "Às vezes, o psicólogo é encarado como um 'bruxo' nas organizações", brinca Beatriz, que tem 26 anos de experiência na área. Em consonância com Beatriz, Marcelo Santos acredita que, em relação aos psicólogos, há mesmo uma série de estereótipos relacionados à figura do psicólogo nas organizações. Segundo Marcelo, é preciso criar uma identidade profissional mais forte.

Já para Diana Ferreira, conselheira do CRP-MG e presidente da Comissão de Psicologia do Trabalho e Organizacional, um dos pontos que precisa ser priorizado pelos profissionais é a "união de saberes". Diana acredita que é essencial trabalhar juntamente com os outros profissionais do campo do trabalho. "Para mim, nosso grande desafio é fazer parte de uma equipe multidisciplinar visando o bem-estar e a saúde no trabalho", afirma. A Comissão tem como um de seus pontos básicos a ampliação da visão, tanto da categoria quanto da sociedade, sobre o papel e as contribuições dos psicólogos que atuam no campo da Psicologia do Trabalho e Organizacional.

COMISSÕES E GTs

Campanhas de trânsito não são somente peças publicitárias

Só no ano passado, os acidentes de trânsito causaram mais de 35 mil mortes. Em sua maioria, os acidentes são causados por imprudência dos próprios motoristas, que não respeitam as leis. Como contrapartida, governo e iniciativa privada investem em campanhas educativas, no intuito de prevenir o comportamento de risco dessas pessoas.

Ano após ano, no entanto, os mesmos acidentes se repetem – assim, qual o efeito das campanhas no comportamento dos motoristas? Se mesmo as gerações que nasceram dentro do espírito das campanhas continuam cometendo abusos no trânsito, como essas ações despertam no motorista a necessidade de ter mais cuidado? De acordo com Ronaro Ferreira, antropólogo e membro da Gerência de Educação (GEDUC - setor da BH Trans responsável pelas ações educativas do órgão), se não existissem as campanhas a situação estaria muito pior.

O processo educativo das campanhas funciona desta maneira: informa-se sobre o problema, explica-se o porquê da informação e responde-se aos questionamentos das pessoas a respeito do tema. Quando isso não funciona, parte-se para a fiscalização. Para se ter uma idéia, 80% dos veículos de Belo Horizonte passam o ano sem receber nenhuma multa de trânsito e apenas 6% recebem três multas ou mais nesse mesmo período, explica Ferreira.

As ações educativas normalmente visam a atingir os motoristas em geral, mas sempre há aqueles que resistem à mensagem e, mesmo sabendo do risco, não mudam seu comportamento. Para Ronaro Ferreira, esse motorista “sem educação” é um “típico individualista” e provavelmente tem a mesma atitude em outras áreas além do trânsito, porque “ele acredita que o direito dele está sempre acima dos direitos dos outros”, completa. De qualquer forma, as campanhas são

absorvidas de forma gradativa, gerando um ciclo de comentários e atitudes de mudança de comportamento que passam de pessoa para pessoa – afinal, quem não conhece alguém que já esteve em um acidente de trânsito?

Rosely Fantoni, psicóloga da equipe do Núcleo de Educação para o Trânsito do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), conta que ainda não há muitos dados científicos sobre qual dos tipos de campanha – chocantes ou bem-humoradas – funcionam melhor, pois os trabalhos ainda são muito pontuais. Nesse ponto, Rosely explica que ainda há muita coisa para ser explorada na Psicologia do Trânsito, pois a área é muito complexa e não envolve simplesmente os carros nas ruas – “o psicólogo pode ser um ator importante para a mudança de paradigmas, para que as pessoas passem a ver que o trânsito vai além dos carros”.

Mapa do 18 de maio

Dia Nacional da Luta Antimanicomial e Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Os preparativos para o 18 de maio já estão a todo vapor. Confira a programação já acertada em algumas cidades do Estado.

UBERABA

14 a 19 de maio • A semana do 18 de maio contará com mesas-redondas e exibição de filmes, culminando com a manifestação de Rua no dia 19, que terá início na Praça do Mercado Central.

ITAQBIM

18 de maio • Passeata e blitz em vários pontos da cidade. O evento será realizado pelo CAPS de Itaqbim e Comissão Operativa Local.

CAMBUÍ

15 de maio • Exposição, na Praça Matriz de Cambuí, de produções dos usuários dos Serviços de Saúde Mental.

VARGINHA

29 de abril • Palestra/capacitação para os funcionários da saúde. Tema: “Reforma Psiquiátrica no Brasil e no Mundo – de Pínel ao CAPS”.

POÇOS DE CALDAS

14 de maio • Panfletagem nas escolas do município e nas estradas de acesso ao município.

ITINGA

17 de maio • Concentração na Praça da Matriz às 7h30. Ato público e passeata.

ARAÇUAÍ

16 de maio • Passeata pelas ruas de Araçuaí. Concentração no CAPS/SESAMAR.

CONGONHAS

12, 13 e 14 de maio • Passagem dos usuários

pelas escolas e instituições do município divulgando o dia 18 de maio e convidando para peça teatral e para exibição do filme “Estamira”, no dia 18 de maio, no cinema da cidade.

CONSELHEIRO LAFAIETE

18 de maio • Seminário Saúde Mental em foco de 8h às 18h.

OURO BRANCO

16 de maio • Confraternização entre usuários e comunidade, na parte da tarde, na Praça da Matriz.

ARAGUARI

17 de maio • Passeata com concentração em praça da cidade, na parte da manhã.

ITUJUBA

Durante a semana do 18 de maio, haverá atividade em parceria entre a UEMG e a GRS.

UBERLÂNDIA

12,13 e 14 de maio • Abertura da semana do 18 de maio • Inaugurações oficiais do CAPSIII, Centro de Convivência e da Casa da Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de Uberlândia.

16 de maio • Apresentações culturais em praça pública, organizadas pelos usuários (agregando comunidade, familiares, estudantes e profissionais).

PATOS DE MINAS

14 e 15 de maio • Malabares, fanfarra, exibição de filme e passeata pela principal avenida da cidade.

PERDÕES

12 de maio • Passeata e visita ao Fórum, Câmara de Vereadores e Gabinete do Prefeito.

SABARÁ

15 de maio • Desfile dos usuários entre as Praças

Melo Viana e Santa Rita, no Centro da cidade. O tema do desfile será “Minas faz da luta pela liberdade, sua diferença”.

BRUMADINHO

15 de maio • Recital de poesias na Câmara Municipal, às 18h30.

MONTES CLAROS

17 de maio • Passeata pelo centro da cidade, encerrando-se com feira de artesanato e manifestações artístico-culturais na praça.

DIAMANTINA

16 de maio • Passeio e atividades ecoturísticas no Parque de Biribi, com os usuários e trabalhadores do CAPS.

PIRAPORA

16 de maio • Encerramento da semana de eventos. Neste dia acontecem desfile carnavalesco e exposição de trabalhos das oficinas.

JANAÚBA

12 de maio • Passeata que inicia a semana de eventos. O encerramento será no dia 16 de maio, com exposição de trabalhos das oficinas.

BELO HORIZONTE

16 de maio • Passeata pela avenida Afonso Pena

BARBACENA

16 de maio - “Subjetividade e inclusão: a experiência do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário” - Palestra com Fernanda Otoni - 19h - Auditório da UNIPAC Barbacena - Campus Magnus

Para mais informações acesse o site do Conselho (www.crpmg.org.br)

PROFISSÃO

Ano cheio de atividades para o CREPOP-MG

Neste ano, o Centro de Referência Técnica em Políticas Públicas de Minas Gerais (CREPOP-MG) realizará mais quatro grandes pesquisas temáticas. As pesquisas vão envolver as áreas de “Educação Inclusiva”; “Medidas socioeducativas em meio aberto: Liberdade Assistida”; “Serviços de apoio a mulheres sob violência de gênero” e “Serviços de atenção básica à Saúde”. Ainda neste ano será realizada, pelo CRP-MG, uma análise dos editais de concursos públicos com vagas para psicólogos, publicados entre 2006 e 2008, com o intuito de subsidiar intervenções do CRP-MG relacionadas às condições e relações de trabalho. O CREPOP-MG reeditará também o concurso “Experiências Exitosas em Psicologia e Políticas Públicas” que, no ano passado, premiou os seis melhores trabalhos nas categorias individual e grupo.

O objetivo principal das pesquisas temáticas é produzir análises sobre as políticas públicas que contam com a atuação dos psicólogos e registrar a existência de “competência técnico-científica acumulada na profissão” que venha contribuindo para as políticas públicas. Assim, será possível subsidiar a atuação de gestores e psicólogos.

De acordo com a técnica de referência local do CREPOP, Mônica Soares da Fonseca, com esse trabalho será possível identificar ações pioneiras em políticas públicas, levantar as dificuldades enfrentadas e viabilizar a produção, por especialistas consultores do Conselho Federal de Psicologia, de documentos de referência técnica que servirão para balizar e qualificar a atuação do profissional psicólogo nessas áreas.

O resultado das pesquisas – um grande consolidado de diretrizes e orientações - fica disponível no site do CREPOP. No ano passado, foram realizadas pesquisas com profissionais que trabalham nas seguintes áreas: Medidas socioeducativas em unidades de internação; Programa Sentinela; Varas de Família; Serviços na área de DST/AIDS; Sistema Prisional; CAPS.

Cada ciclo de pesquisa tem duração de três meses e é realizado em 7 estágios: 1) estudo do marco lógico-legal e do referencial teórico, 2) mapeamento da implementação da política pública em foco e dos psicólogos em Minas Gerais; 3) preenchimento de questionário online; 4) reunião específica com especialistas sobre o tema trabalhado; 5) constituição de grupos focais com psicólogos atuantes na área; 6) análise de dados e elaboração de relatórios de pesquisa; 7) incentivo à consulta pública do documento de Referências Técnicas – após a elaboração da versão preliminar por especialistas consultores do Conselho Federal de Psicologia. A versão preliminar de cada diretriz fica disponível para consulta pública, no site do CREPOP (<http://crepop.pol.org.br>), durante um mês.

Os profissionais interessados em participar da pesquisa sobre “Educação Inclusiva”, já em andamento, devem acessar o site do CREPOP (<http://crepop.pol.org.br>) ou, aqueles que não têm como acessar a Internet, devem entrar em contato com o CREPOP-MG pelo telefone (31) 2138-6758.

A análise dos editais de concursos públicos com vagas para psicólogos será feita em parceria do CREPOP com o

Grupo de Trabalho “Condições e Relações de Trabalho”. O GT se reúne no CRP-MG toda terça-feira, às 19h. A análise visa a subsidiar intervenções da Entidade em relação à precarização do trabalho do psicólogo nos aspectos de piso salarial, carga horária e legislação trabalhista. Para garantir maior amostragem, o CREPOP solicita que sejam enviados editais para o e-mail crepop@crp04.org.br.

Já testada no ano passado, a premiação às experiências inovadoras em Psicologia e políticas públicas é uma forma de dar visibilidade aos bons trabalhos que têm sido desenvolvidos por psicólogos. “O prêmio é uma boa estratégia para conhecer ações inovadoras em políticas públicas”, confirma Mônica Soares.

O CREPOP foi lançado em dezembro de 2005 pelo Sistema Conselhos de Psicologia e pelo Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia, para garantir maior interface entre a Psicologia, as políticas públicas e os direitos humanos. Trata-se, basicamente, de um espaço de pesquisa, produção de documentos de referência técnica e articulação política. Além das pesquisas temáticas, o CREPOP realiza pesquisa permanente com gestores públicos, através de visitas agendadas, contatos telefônicos e correspondência. A pesquisa permanente objetiva reunir dados sobre cargos, funções e vínculo empregatício de todos os psicólogos que trabalham com políticas públicas no País. Em Minas Gerais, o CREPOP desenvolve atividades desde 2006, mas só foi lançado oficialmente em sete de fevereiro de 2007.

PSIND INFORMA

O Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais (Psind-MG) enviou à categoria dois boletos de pagamento. Um, facultativo, no valor de R\$66,00 referente à contribuição confederativa. O outro, obrigatório, no valor de R\$40,00. A contribuição obrigatória é anual e refere-se a um dia de trabalho do psicólogo, conforme consta na CLT e na lei 5275/2005. As contribuições são importantes para que o Psind-MG possa continuar sua luta em prol da categoria. Assim, solicitamos àqueles que ainda não efetuaram o pagamento da contribuição confederativa ou da contribuição sindical que o façam.

ACONTECEU

Inclusão social é tema de encontro em Santa Rita do Sapucaí

É possível incluir os usuários dos Serviços Substitutivos em Saúde Mental não só socialmente, mas também digitalmente? Munidos dessa pergunta e ávidos por uma resposta possível, gestores públicos, trabalhadores da saúde, empresários, usuários e familiares dos usuários reuniram-se no Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), em Santa Rita do Sapucaí, município do sul

de Minas, um dos importantes pólos tecnológicos do Brasil, entre os dias 24 e 26 de janeiro de 2008.

O encontro, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde Mental de Santa Rita do Sapucaí e pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, com o apoio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e do Conselho Regional de Psicologia de Minas

Gerais, contou com uma conferência, oficinas e várias mesas de discussão que abordaram diversos temas como: avaliação da reforma psiquiátrica; o papel dos movimentos sociais para o fortalecimento da democracia no Brasil; serviços residenciais terapêuticos; programas de geração de renda, entre outros.

Mobilização por um mundo melhor

CRP-MG participa do "Dia de Ação Global" e defende a democratização da comunicação no Brasil.

"Nunca foi tão fácil derrubar o capitalismo", comenta uma estudante que acaba de pôr ao chão, com uma bolinha de papel, um caixote com a inscrição "Fora Bush". A brincadeira de "tiro ao alvo" fez parte do "Dia de Mobilização e Ação Global do Fórum Social Mundial", realizado no dia 26 de janeiro. O evento, que ocorreu simultaneamente em várias cidades do planeta, reuniu, na Praça Sete, diversos movimentos sociais da Capital mineira.

A diversidade de movimentos presentes na Praça deu o tom do evento, no qual era possível ver desde manifestações contrárias à transposição do rio São Francisco até abaixo-assinados com reivindicações várias.

O Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, que esteve presente na organização e na mobilização para a realização do evento, montou um estande com o objetivo de alertar as pessoas que circulavam pela Praça para a importância da democratização da comunicação no Brasil.

O CRP-MG, em parceria com o CFP, está empenhado em reverter o estado atual

de descaso com relação à qualidade dos conteúdos da programação de rádio e TV no Brasil, de desrespeito às faixas etárias; de veiculação de matérias de baixo nível, de desrespeito aos direitos humanos na programação de rádio e televisão e de falta de regulamentação da publicidade dirigida a crianças e adolescentes.



Movimentos variados, mas em comum o desejo de um mundo justo.

Para Geromira Martins, que transitava pela Praça e se interessou pela proposta do CRP-MG, a TV reproduz o que querem as classes dominantes: "A TV vende ilusões", completa a ex-enfermeira e sindicalista, que acredita que o setor de comunicação

está mais atrasado em termos de mobilização do que o da Saúde. "A comunicação precisa se organizar e dar um rumo para o Brasil", afirma ela.

BATUCADA PELOS DIREITOS DA MULHER

Presente no evento, e responsável pela batucada que circulou a Praça Sete junto com outros manifestantes, a "Marcha Mundial das Mulheres", acredita que um novo mundo é possível: "Queremos um mundo livre de violência e pobreza", diz Débora Del Guerra, organizadora da Marcha em Belo Horizonte, explicando que existe um paralelo muito claro entre violência e machismo, e entre pobreza e capitalismo. "Nós utilizamos o Dia de Mobilização e Ação Global do Fórum Social Mundial para marcar isto: a grande violência contra as mulheres no nosso país", completa Débora. A Marcha Mundial das Mulheres, em Belo Horizonte, atua principalmente junto às mulheres de baixa renda, em parceria com as pastorais, os sindicatos e o programa Economia Solidária do Governo Federal.

Carnaval da Inclusão movimenta usuários e entidades de Uberaba

Apoiado pela Associação de Usuários e Famílias de Doentes Mentais Maria Boneca e diversas outras entidades de Uberlândia, o Carnaval da Inclusão tem marcado, desde 2006, as atividades que preparam para o 18 de maio, Dia Nacional da Luta Anti-Manicomial. O objetivo da festa é promover a interação pessoal entre os pacientes e servidores, trabalhando a cidadania e desmitificando a "loucura".

Para Sandra Cristina Pimenta, presidente da Associação Maria Boneca, a

inclusão só é realmente possível quando - "quebramos tabus e perdemos o medo de nos mostrar". Com esse objetivo, diversas unidades se reúnem e vão à rua para esbanjar alegria e descontração. "Assim, fomos à rua e nos surpreendemos com a aceitação e admiração da população", diz Sandra.

O Carnaval da Inclusão iniciou-se a partir do convite do CAPS Fundação Gregório Barembliitt, em 2006, com o propósito de integrar os serviços de Saúde Mental.



Festa busca integração e desmistificação da "loucura"

Roberto Pimenta

RESENHA

Psicologia e psicologia escolar no Brasil

Obra que ajuda a repensar a formação do psicólogo e incentivar o desenvolvimento da Psicologia no Brasil, o livro da psicóloga Vivina Rios Balbino também ressalta a importância do papel social da profissão e sua colaboração na promoção da cidadania.

O livro *Psicologia e psicologia escolar no Brasil* (208 pp., R\$ 40,70, Summus Editorial), coletânea de artigos e pesquisas produzidos pela psicóloga Vivina Rios Balbino, apresenta ao leitor novos rumos para a formação acadêmica e o exercício profissional da Psicologia no Brasil, com foco principal na Psicologia Escolar. A obra ressalta o papel do psicólogo como agente de transformação social e serve de guia ao estudante interessado em integrar teoria e prática na área da Psicologia, desenvolvendo sua capacidade crítica e atuação engajada.

Dividindo a obra em quatro partes, a autora faz inicialmente reflexões sobre a formação do psicólogo escolar, apontando problemas e soluções. Na segunda parte, mostra como a "letargia" acadêmica pode ser suplantada com trabalho árduo e persistência. Na terceira, Vivina aborda a Psicologia como um exercício de cidadania, especialmente no que se refere à valorização dos direitos humanos. E, por fim, busca popularizar conhecimentos da Psicologia, discutindo, numa linguagem clara e direta, diversos problemas que afligem a sociedade, como as desigualdades sociais, a violência, a delinquência juvenil e o uso de drogas.

Fruto de sua larga experiência como professora de Psicologia e orientadora de estágio acadêmico, bem como reflexo de seu engajamento nas questões mais relevantes da profissão, a obra pode ser vista como um manual de grande utilidade na graduação e formação do psicólogo, embora possa ser lida com proveito por todos que se interessem pelo tema. Como leitura didática ou paradidática, o livro é indicado não apenas em cursos de Psicologia, mas também em áreas como Pedagogia, Sociologia, Serviço Social, Direito e Medicina, entre outras.

A AUTORA:

Vivina Rios Balbino, mineira, é psicóloga pela Universidade de Brasília. Construiu sua carreira acadêmica na Universidade Federal do Ceará e foi também professora na Universidade de Brasília. É especialista em Tecnologia Educacional e mestre em Educação. Na Universidade Federal do Ceará, dedicou-se ao ensino, à pesquisa e à extensão, aprofundando seus estudos teórico-práticos na Psicologia, especialmente na área escolar, sempre focada nos aspectos sociopolíticos.



PSICOLOGIA E PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL – FORMAÇÃO ACADÊMICA, PRÁXIS E COMPROMISSO COM AS DEMANDAS SOCIAIS

Autora: Vivina do C. Rios Balbino
Editora: Summus Editorial
Preço: R\$ 40,70
Páginas: 208

ESTA RESENHA É UMA PARCERIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS E O GRUPO EDITORIAL SUMMUS.

CDI

O Centro de Documentação e Informação Halley Bessa - CDI, localizado na Rua Tomé de Souza nº. 860 conj1001 - Savassi - Belo Horizonte, está aberto de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h e de 13h às 17h. O telefone para dúvidas e informações é o (31) 3262-0091.

DICAS

RÁDIO FAVELA ESCUTA A MULHER

A psicóloga Marisa Sanabria entende de mulheres. Além de pesquisadora do tema do Feminino, ela escuta e discute as questões de várias mulheres todas as terças-feiras, de 10h às 13h, em seu programa na Rádio Favela, "Encontro com o Feminino". Dessa experiência nasceu o livro "Rádio Favela escuta a mulher", lançado em 2007 pela editora Armazém de Idéias. Em suas 100 páginas, o livro conta a experiência de Marisa ouvindo mulheres desde março de 2006 sobre temas que são tratados em cada capítulo. Entre esses temas estão: distúrbios alimentares, depressão, relacionamentos interpessoais, trabalho, saúde e protagonismo feminino. Apesar de incluir relatos, o livro não é uma coletânea de histórias – há uma discussão baseada neles, apoiada em dados estatísticos e científicos sobre cada temática. Marisa Sanabria é formada em Psicologia pela Faculdade Católica de Montevideo. Desde 1991, é diretora do Centro Cultural Brasil-Espanha de Belo Horizonte.

Contatos com a autora:
msanabria@terra.com.br



Em busca de melhores condições para o trabalho do Psicólogo

Letícia Siqueira Lemos - Psicóloga - Mestre em Psicologia e Educação. Especialista em Psicologia Infantil.

Na atual conjuntura do estado de Minas Gerais, assim como no País, faz-se necessário o aprimoramento e a contextualização do campo de trabalho do Psicólogo, no sentido de ampliar a sua visibilidade e o seu reconhecimento social. Todavia, a inserção desse profissional no mercado de trabalho, pelo viés das legislações que o amparam, ainda é incipiente e precário, exigindo a sua abordagem de forma mais cuidadosa e detalhada.

Atentos a esse cenário, em 2007, os psicólogos discutiram em suas regiões e, posteriormente, deliberaram no VI Congresso Nacional de Psicologia (VI CNP), três teses relacionadas a Condições de Trabalho (42, 43 e 44). Essas teses foram publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) no caderno de deliberações, no item 45 do III eixo de debates da temática - Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais. Tais teses servem como diretrizes para as ações do Sistema Conselhos, tanto do Conselho Federal, como dos Conselhos Regionais.

Nesse item 45, as condições de trabalho do psicólogo são tratadas em três enfoques:

- Relaciona-se à jornada e à saúde do trabalhador psicólogo. Envolve tanto a discussão de jornada de trabalho, como uma mobilização no Congresso Nacional para a aprovação de uma lei que limite a jornada de trabalho. A discussão se respalda na melhoria das oportunidades e condições de trabalho dos psicólogos, pois tais questões estão diretamente relacionadas com a saúde desse profissional.

- Envolve a discussão de piso salarial do psicólogo. Deixa claro a necessidade de o Sistema Conselhos trabalhar conjuntamente com o sindicato dos psicólogos, com entidades nacionais de psicologia, com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), dentre outros, para proposição de piso salarial, jornada de trabalho e planos de carreira do psicólogo junto ao legislativo.

- Refere-se à discussão dos concursos públicos. As diretrizes para a ação relacionam-se com a criação, por parte do Sistema Conselhos, de comissão de referência para apreciar e encaminhar questões relativas à organização deficitária de concursos públicos para cargo de psicólogos. Tais questões

devem estar em sintonia com as discussões de jornada de trabalho e piso salarial.

Em junho de 2007, o XI Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), constituiu um Grupo de Trabalho (GT) com o propósito de produzir uma análise crítica desse cenário, com vistas a articular ações efetivas para contemplar os avanços necessários da Psicologia enquanto campo profissional. Dessa forma, o GT aborda questões e problemas relacionados à inserção do Psicólogo no trabalho, visando tanto o diagnóstico da situação, como uma atuação nesse enfoque.

Para isso, o GT propõe o levantamento da legislação existente que contempla o exercício profissional do Psicólogo para que se proceda a uma análise qualitativa da mesma. Tal análise servirá como instrumento para a fiscalização das relações e das condições de trabalho do Psicólogo, por parte não só dos Conselhos, como também pelos próprios profissionais da área.

Ao trabalhar com a legislação, é preciso concebê-la "não apenas como ordenamento jurídico, mas também como linguagem e prática social" (FARIA FILHO, 2000, p.92). Segundo esse autor, as legislações são entendidas como dispositivo de conformação do campo e das práticas, e também espaço, objeto e objetivo de luta política. De acordo com Soares (2003), há um compromisso social e uma obrigação ética dos pesquisadores de tornar conhecidas as "leis sociais", para aqueles que estão envolvidos e submetidos ao "jogo" por desconhecerem a sua "lógica", pois só quando desveladas as leis pode-se optar por conservá-las ou transformá-las. Segundo Bourdieu, "uma lei ignorada é uma natureza, um destino; uma lei conhecida aparece como uma possibilidade de liberdade" (BOURDIEU, 1983).

O GT pretende ainda levantar informações que permitam delinear de forma abrangente as condições em que se dá o trabalho do profissional psicólogo.

Em dezembro de 2005, o Sistema Conselhos lançou o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e, em seguida, surgiram suas representações nos Conselhos Regionais, inclusive no CRP-MG. O CREPOP está mapeando, em todo o Brasil, o perfil dos psi-

cólogos que atuam em Políticas Públicas. O objetivo é conhecer a realidade atual dos psicólogos que exercem suas atividades nesse contexto, o que viabilizará um diagnóstico e a posterior construção coletiva de referências técnicas para atuação profissional. Esses trabalhos já começam a apresentar alguns resultados. Dentre eles, é possível levantar um diagnóstico de precarização das condições de trabalho do Psicólogo.

A luta contra a precarização do trabalho do psicólogo jamais poderá atingir seus objetivos - conquistar avanços e efetividade legislativa - se a categoria de Psicólogos não estiver unida, mobilizada e atuante, em um trabalho conjunto dos psicólogos, do Sistema Conselhos, das Entidades Sindicais e demais movimentos organizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão*. Caderno de Deliberações do VI Congresso Nacional da Psicologia. Brasília, 14 a 17 de junho de 2007.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. *Esboço da Carta Programa do Movimento Cuidar*. Movimento Cuidar da Profissão. Outubro de 2007.
- FARIA FILHO, L.M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G.; LOPES, E.M.T. (Orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 608 p.
- SOARES, M. Para quem pesquisamos? Para quem escrevemos? In: MOREIRA, A.F. (et.al.) *Para quem pesquisamos: para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção *Questões da Nossa Época*; v.88.

Psicologia clínica e psicoterapia: uma intervenção

Carlos Roberto Drawin | Psicólogo. Doutor em Filosofia. Professor na Universidade Federal de Minas Gerais.

Jacqueline de Oliveira Moreira | Psicóloga. Doutora em Psicologia. Professora na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Algumas pesquisas do Conselho Federal de Psicologia sobre a atuação do psicólogo no Brasil revelam a preferência desse profissional pela área clínica. A última pesquisa (WHO, 2001, p. 7-9) indica que no universo dos psicólogos que estavam exercendo a profissão na data da pesquisa, 54,9% dedicavam-se à clínica em consultório e 12,6% atuavam com psicologia da saúde, sendo que, neste campo, a prática, na maioria das vezes, também é considerada como clínica.

Recorremos a esses poucos dados estatísticos de modo apenas ilustrativo e com a finalidade de enfatizar não só a primazia objetiva da clínica no exercício profissional do psicólogo brasileiro, mas também como ele mesmo interpreta a sua atuação. Desse modo, parece-nos mais do que relevante, realmente urgente promover uma ampla discussão crítica acerca do domínio científico e profissional designado pela expressão “psicologia clínica” e sua interrelação com outros domínios, em especial com o da psicoterapia. Afinal, o que seria psicologia clínica? O que seria psicoterapia? Os dois domínios se recobrem? Os dois termos são idênticos? Alguns autores assinalam que alguns conceitos são pertinentes à prática clínica como, por exemplo, escuta clínica, sofrimento psíquico e subjetividade (DUTRA, 2004). Não obstante, não há como negar que essas categorias também transitam pelo campo da psicoterapia.

Podemos buscar, em alguns dicionários de psicologia, alguns elementos que nos possam ajudar a compreender e ordenar esse espaço conceptual fluido e aparentemente contraditório da inter-relação da psicoterapia e da psicologia clínica. Alguns definem psicoterapia como um método, um caminho para tratamento dos sofrimentos psíquicos através de recursos psicológicos (DORONN E PAROT, 1998). Outros preferem pensar a psicoterapia como um conjunto de técnicas, mas, por outro lado, definem a psicologia clínica como uma ciência (PIERÓN, 1996).

Não há como negar a existência de um amplo consenso em torno do reconhecimento da teoria freudiana como um marco fundamental na história da clínica psicológica. Mesmo aqueles que não se identificam com o campo psicanalítico aceitam a relevância clínica de muitas idéias freudianas como: o deslocamento da ênfase da observação para a escuta, a consideração da importância da

resistência, do conflito e de outros processos que escapam ao controle racional e à intencionalidade consciente do sujeito. O fundador da psicanálise definia o método psicoterápico como um recurso bastante familiar aos médicos, tanto por ter sido utilizado já pela medicina antiga, quanto pelo fato de que todos os médicos, mesmo os de hoje, ainda utilizam a psicoterapia, através da sugestão, como meio de tratamento (MOREIRA et al, 2007). Assim, segundo Freud, os médicos sabem que as doenças não são curadas apenas pelo medicamento, mas também pela personalidade do médico, ou seja, pelo exercício de sua influência psíquica (FREUD, 1905 [1904]).

Essa experiência, que se expressou através do conceito de transferência, tornou-se fundamental para a constituição da clínica e ultrapassou as fronteiras da psicanálise. Em seu alcance genérico, que é o que queremos ressaltar, a sua formulação indica um traço estrutural da clínica, inscrito na própria etimologia da palavra, e que consiste na focalização do sujeito enquanto tal, isto é, não enquanto ele é tomado como objeto de ciência, mas enquanto é acolhido em sua irredutível singularidade. Podemos pensar, então, que a psicologia clínica é espaço plural – atravessado por diferentes teorias e correntes de pensamento – no qual se dá o reconhecimento do sujeito. Se considerarmos, portanto, a psicologia como uma ciência, a clínica é pólo extremo no qual a universalidade dos conceitos e teorias encontra-se com a subjetividade (GRANGER, 1964). Por isso, a clínica, qualquer que seja a teoria que nos orienta, qualquer que seja o método ou a técnica que utilizamos, implica uma exigência ética que atravessa os diferentes paradigmas epistemológicos (DRAWIN, 2003). As psicoterapias seriam, nessa perspectiva, um conjunto de métodos e técnicas, um caminho diferenciado e privilegiado capaz de propiciar a necessária passagem da universalidade das teorias à singularidade do sujeito concreto. Dentro da ciência psicologia existiriam diversos pólos e a clínica, como um deles, gozaria de um estatuto científico. A clínica pode se fazer presente em diferentes áreas de atuação do psicólogo e não mantém um vínculo essencial com algum tipo específico de procedimento psicoterápico.

Portanto, ser psicólogo clínico implica uma determinada postura diante do sujeito, do outro, postura orientada pela teoria que se

elegeu como referência e que determina um modo de intervenção circunscrita pela exigência ética intrínseca da clínica.

Como se vê, não se trata de um problema simples ou de mero interesse terminológico, que possa ser satisfatória e definitivamente dirimido por alguma diretriz institucional. O nosso pequeno texto não tem outra pretensão senão a de contribuir com uma simples reflexão. A comunidade profissional deve se engajar nessa discussão que tem um importante alcance epistemológico e envolve, portanto, o modo como concebemos o que seja a nossa ciência e suas dimensões teórica, metodológica, técnica e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DORON, Roland & PAROT, Françoise (orgs.) *Dicionário de Psicologia*. São Paulo: Ática, 1998 [Tradução: Odilon Soares Leme].

DRAWIN, Carlos Roberto. O futuro da psicologia: compromisso ético no pluralismo teórico. In: BOCK, Ana M. Bahia (Org.). *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 55-72.

DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos em Psicologia*, v.9, n.2, 2004, p.381-387.

FREUD, Sigmund. Sobre a Psicoterapia.(1905 [1904]) In: FREUD, Sigmund. Um Caso de Histeria, Três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos Edição Standart das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. vol. VII Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 239-251.

GRANGER, Gilles-Gaston. *Formalismo y ciencias humanas*. Barcelona: Ariel, 1964.

MOREIRA, J. O. ; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. O. . O surgimento da clinica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 27, p. 608-621, 2007.

PIERÓN, Henri. *Dicionário de Psicologia*. São Paulo: Globo, 1996, 10ª ed. [Tradução: Dora de Barros Cullignam].

WHO. Relatório final da pesquisa junto aos associados do Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2001. (Mimeografado).

FATOS E PERSONAGENS

Com determinação para mudar o mundo

As associações de usuários dos Serviços de Saúde Mental esforçam-se por ampliar sua luta em prol de uma sociedade mais justa, mais humana e mais solidária.

Não há dúvidas: Eles estão politicamente organizados e lutam pelos seus direitos. Reúnem-se constantemente, participam de vários fóruns, buscam parcerias, estudam, elegem e são eleitos. Há vinte anos, poucos imaginariam que tantas transformações poderiam ocorrer. Hoje, o número de associações de usuários dos Serviços de Saúde Mental já passa dos dois dígitos. Cada um de seus integrantes reflete o que mais caracteriza as associações. Determinação.

É o caso de Gerônimo Valdevino dos Santos, 68 anos, presidente da Associação de Usuários de Saúde Mental de Uberlândia (Adusmu). Ainda aguardando a viabilização de uma contrapartida financeira do município para que possam desenvolver oficinas de geração de renda, ele não desanima: "Vamos começar assim mesmo: no peito e na raça". O projeto para a efetivação das oficinas, vinculado ao programa "Economia Solidária", foi aprovado nas instâncias necessárias no Governo Federal e aguarda, agora, a contrapartida do município, que já paga o aluguel da nova sede da Associação.

Por falar em sede, isso é o que

ainda falta para a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM). "Queremos ter uma sede própria", parece conclamar Maria do Rosário Lopes, 2ª secretária da atual diretoria, "e ainda não temos CNPJ". As duas coisas são muito importantes. A primeira porque toda entidade precisa de um lar. A segunda porque só assim será possível que arrecadem verbas com mais facilidade. Enquanto não adquirem uma sede, o CRP-MG tem funcionado como local de encontro para a ASUSSAM. "Vejo o Conselho de braços abertos. Tem sido uma benção. Se não fosse essa entidade estaríamos muito imobilizados", afirma Airton Meireles, 1º secretário da ASUSSAM.

A Adusmu foi criada em 2001 a partir de um Fórum de Saúde Mental realizado em Uberlândia. O encontro com usuários de saúde mental de outras cidades e da capital do Estado deu o impulso que faltava para que os usuários da cidade se juntassem em uma entidade organizada. Atualmente a entidade já está registrada e conta com mais de 400 usuários cadastrados. "Nossas reuniões

acontecem uma vez por mês, mas quando temos oficinas os encontros são mais frequentes", informa Gerônimo.

A ASUSSAM foi fundada em 15 de março de 1994. Sua nova diretoria tomou posse no dia 29 de fevereiro de 2008 em cerimônia realizada no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Alguns dos objetivos da atual diretoria são o fortalecimento dos princípios da Luta Antimanicomial, o acompanhamento do processo de fechamento da Clínica Nossa Senhora de Lourdes (clínica em Belo Horizonte acusada de maltratar seus internos), a realização de reuniões itinerantes nos serviços substitutivos e a promoção de um projeto de alfabetização para usuários e seus familiares.

A sede da Adusmu localiza-se na rua Dr. Laerte Vieira Gonçalves, 3291, Santa Mônica, Uberlândia. Informações sobre os horários de reunião da ASUSSAM podem ser obtidas pelo telefone do CRP-MG, (31) 2138-6767.



Posse da nova diretoria da ASUSSAM: democracia na escolhas e luta pelo direito dos usuários

MALA DIRETA POSTAL
9912202819-ECT-DR/MG
Conselho Regional de Psicologia
... CORREIOS ...



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

Rua Timbiras, 1532, 6º andar
Lourdes - CEP: 30140-061
Belo Horizonte - Minas Gerais